



SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação.....	2
2. Forma de contratação	4
3. Requisitos do fornecedor.....	6
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	7
5. Modelo de gestão	8
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	8
7. Obrigações do fornecedor beneficiário	9
8. Regime de execução.....	9
9. Condições de recebimento do objeto	11
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	11
11. Forma de pagamento	11
12. Condições de reajuste.....	12
13. Garantia contratual	12
14. Plano de contratações	12
15. Responsável pela elaboração do TR	12
ANEXO I.....	14
1. Especificações técnicas do objeto	14
2. Critérios e práticas de sustentabilidade	15
ANEXO II	16
1. Valor estimado da contratação.....	16





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

TERMO DE REFERÊNCIA 5/2025 - SPOL

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é o fornecimento de munições de uso operacional e de treinamento para a Secretaria de Polícia do Senado Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. A recente aquisição de carabinas calibre 5,56 para a Polícia Legislativa do Senado (CT 2024/170) é uma medida essencial para enfrentar ameaças de maior complexidade e promover a segurança do Senado Federal, de suas instalações e autoridades. No entanto, a implementação desse novo armamento pressupõe a aquisição de munições, tanto para uso operacional, quanto para utilização em cursos de capacitação e treinamento especializado dos operadores.

1.2.1.2. Além disso, o treinamento continuado de todos os policiais para o uso de pistola é uma exigência da Ordem de Serviço nº 40/2022 (SPOL), assim como o curso obrigatório de formação policial, oferecido aos novos servidores do quadro da Polícia Legislativa. Considerando, portanto, os cursos de reciclagem para os próximos anos e a possível nomeação de novos policiais até o término da validade do último concurso, também é necessário providenciar munições deste calibre.

1.2.1.3. Por fim, também deve ser considerada a necessidade de substituição anual das munições de pistolas para uso operacional, a fim de garantir que o policial esteja utilizando munições plenamente funcionais.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. O quantitativo previsto no termo de referência para a aquisição do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da Administração, considerando que:

1.2.2.1.1. Os dados históricos de consumo de **munições calibre .40 para uso em treinamento anual** indicam que o treinamento continuado a que todo o efetivo da Secretaria de Polícia deve ser anualmente submetido contempla 100 disparos por policial. Considerando-se que, atualmente, a Secretaria conta com 212 policiais, e que é possível a nomeação de outros novos 67 servidores, serão utilizadas 21.200 munições durante a operacionalização deste treinamento. Além disso, costuma-se calcular um excedente de 10% para demonstrações a serem realizadas pelos instrutores no momento do treinamento, totalizando, portanto, 30.690 munições destinadas ao treinamento com pistola em 2025.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

Além do treinamento continuado, esta aquisição deve pressupor também a necessidade de munições para treinamentos externos, como a formação de novos instrutores de tiro. Portanto, calcula-se um total de 4.000 munições para esta finalidade, considerando dados históricos de consumo.

Desta forma, para fins de treinamento, entende-se necessário adquirir 34.690 munições calibre .40, número que deve ser arredondado para **35.000**, em razão da mercadoria ser vendida, tradicionalmente, em lotes de mil unidades.

1.2.2.1.2. Os dados históricos de consumo de **munições calibre .40 para uso operacional (ao ano)** indicam que, para cada policial, são acauteladas 40 munições (3 carregadores com 13 munições e uma unidade na câmara de sua pistola), sendo necessárias 8.480 unidades para a substituição anual das munições de todos os 212 policiais. Novamente, diante da possibilidade de nomeação de outros 67 policiais, é necessário somar a este quantitativo outras 2.680 unidades, totalizando 11.160 munições. Além disso, estima-se um percentual de 10% (1.116 unidades) de estoque para situações excepcionais, como munições submetidas a chuva ou outros incidentes, totalizando 12.276 munições.

Entretanto, considerando que esta Secretaria de Polícia possui, atualmente, 3.900 unidades em estoque, conclui-se que serão necessárias 8.376 munições, número que deve ser arredondado para **9.000** em razão da mercadoria ser vendida, tradicionalmente, em lotes de mil unidades.

1.2.2.1.3. Os dados históricos de consumo de **munições calibre 5,56 para uso em treinamento anual** indicam que cerca de 100 policiais serão habilitados para uso da carabina 5,56 através de curso que pressupõe 150 disparos por policial, totalizando, portanto, a utilização de 15.000 munições.

A formação de instrutores, por sua vez, será feita através de curso que conta com 500 disparos por policial. Considerando que deverão ser formados 10 instrutores, serão necessárias 5.000 munições para atender a esta demanda de treinamento. Portanto, estima-se a necessidade de **20.000** munições.

1.2.2.1.4. Os dados históricos de consumo de **munições calibre 5,56 para uso operacional (ao ano)** indicam que, considerando-se que para cada uma das 12 armas são, utilizados 5 carregadores, cada um com 30 munições, são necessárias 1.800 unidades para uso operacional, número que deve ser arredondado para **2.000** em razão da quantidade mínima por lote.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo providenciar munições compatíveis com o armamento utilizado pela Secretaria de Polícia, a fim de viabilizar seu uso operacional, bem como os treinamentos e cursos de capacitação realizados periodicamente.

1.2.3.2. Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a aquisição do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois a não-aquisição de munições inviabilizaria a operacionalização do treinamento de armamento e tiro previsto no planejamento desta Secretaria – comprometendo, inclusive, a execução da Ordem de Serviço nº 40/2022 (SPOL) –, bem como o fornecimento de material operacional aos policiais e o uso adequado dos equipamentos.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

1.2.3.3. Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que as munições devem ser compatíveis com os armamentos utilizados pela SPOL, bem como ao uso que a elas será dado.

1.2.3.1. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.3.2. Contratos/Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação:

Nº Contrato/ARP	Objeto	Término da vigência
CT 16/2024	Fornecimento de munições de uso operacional e de treinamento, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.	31/01/2025

1.2.3.3. Destaca-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para esta nova aquisição se justifica em razão da imprevisibilidade da demanda para este ano, uma vez que a nomeação de novos servidores e, conseqüentemente, a realização de novo curso de formação, é um evento possível, porém incerto, e que demanda um planejamento adequado da Secretaria de Polícia.

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

2.3.1. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços se dá em razão da imprevisibilidade da demanda pelo objeto, tendo em vista que o quantitativo a ser contratado deve não apenas atender à necessidade de substituição de munições de todos os policiais e da realização de treinamentos previstos no planejamento da Secretaria de Polícia, mas também suprir a demanda de eventos futuros e incertos,





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

como eventual curso de formação de novos policiais – considerando a existência de concurso ainda válido e da existência de autorização orçamentária; a necessidade de fornecimento de munições operacionais a novos policiais, no caso de nomeação; o uso em eventuais treinamentos externos que não podem ser dimensionados com antecedência, uma vez que dependem do surgimento de oportunidades em órgãos externos; bem como atender situações excepcionais, como munições submetidas a chuva ou outros incidentes.

2.3.3. Cumpre informar que o Senado Federal será o único órgão contratante nesta licitação.

2.4. Critério de julgamento da contratação

Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por item”, visando à ampliação da competitividade no certame, uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.7.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

2.7.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se justifica em razão do desconhecimento do órgão técnico de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Considerando-se a especificidade e regulamentação do objeto, os fornecedores de munições geralmente são grandes empresas especializadas, que devem atender a padrões elevados de qualidade e conformidade com a legislação vigente. Este órgão técnico tem conhecimento de apenas três empresas capazes de fornecer o objeto, sendo que duas delas não se enquadram na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte (Companhia Brasileira de Cartuchos e Norma Precision).

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Capacidade Técnica

3.1.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.1.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto a aquisição de munições é um objeto sensível, que pressupõe a plena conformidade da licitante às normas e requisitos técnicos de segurança. Conforme o art. 8º, §5º, do Anexo III do ADG nº 14/2022, esclarece-se que a exigência da capacidade técnica para este objeto:

- a) Não depende de indicação de parcelas de maior relevância e valor significativo em razão de todos os itens desta contratação apresentarem igual relevância para as operações de segurança e ações de treinamento policial;
- b) Não depende de padrões de desempenho mínimos, tendo em vista tratar-se de mero fornecimento;
- c) Compreende a fixação de quantitativos mínimos a serem comprovados, que se fundamenta no entendimento de que a quantidade exigida permite à Administração aferir, com segurança, que a empresa possui estrutura logística, técnica e operacional compatível com as exigências contratuais, contribuindo para a adequada execução do contrato, tendo em vista tratar-se de objeto sensível.

3.1.2.2. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.1.2.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, produtos similares, em quantidade e características, ao objeto da presente licitação.

- a) Em termos de especificação, considera-se compatível o fornecimento de qualquer tipo de munição, não necessariamente com as exatas especificações contidas no **Anexo I** deste TR.
- b) Quanto ao quantitativo, considerar-se-á compatível o fornecimento de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do quantitativo total para o respectivo item previsto no **Anexo I** deste TR.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

3.1.2.2.2. Para a comprovação do quantitativo referido **na alínea “b” acima**, será admitido o somatório de atestados.

3.1.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial.

3.1.4. Qualificação econômico-financeira

3.1.4.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.1.4.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

a.2.2) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

a.2.3) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

3.1.4.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.2. Necessidade de apresentação de amostras

3.2.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de Ata de Registro de Preço, tendo em vista que não se sabe de forma precisa quantos itens serão necessários ao longo da vigência da avença.

4.1.2. Cada acionamento da Ata de Registro de Preço se materializará mediante a celebração de contrato específico, firmado entre o órgão contratante e o fornecedor beneficiário, observando-se as





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

condições estabelecidas na Ata. A vigência de cada contrato proveniente do acionamento da ARP será de 1 (um) ano contado da sua assinatura.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste TR será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, com renovação do quantitativo, sem cumulação com quantitativos não utilizados no primeiro ano, desde que comprovado que o preço é vantajoso; ou até o término das quantidades registradas.

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Indica-se, conforme determina o art. 10, I, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14 de 2022, como Gestor da Avença o Titular do Serviço de Logística (SELOG), como Gestor Substituto o Titular do Serviço de Projetos Estratégicos (SEPROJE), como Fiscal Técnico o servidor Murilo César Coaracy Muniz Neto, matrícula 270080, e Fiscal Substituta a servidora Aline Sayuri Moritsugu Martins, matrícula 257166.

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e o fornecedor beneficiário se dará por e-mail, através dos endereços eletrônicos selog@senado.leg.br e seproje@senado.leg.br.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo Senado ao fornecedor beneficiário é de no máximo 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato e obtenção da





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

autorização do Exército, devendo prevalecer a contagem do prazo de entrega a partir da data do último documento recebido pela empresa.

6.2. Estima-se que o prazo médio para obtenção da autorização do Exército é de 30 (trinta) dias corridos.

7. Obrigações do fornecedor beneficiário

7.1. São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. manter preposto para este ajuste que irá representá-la, sempre que for necessário.

7.1.5. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.6. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.7. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

7.1.8. Nos termos da Portaria nº 56 do Comando Logístico, do Exército Brasileiro, deve o fornecedor beneficiário apresentar registro para a atividade de fabricação de Produto Controlado pelo Exército (PCE).

7.2. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

8.1. Os materiais deverão ser entregues no Serviço de Logística da Secretaria de Polícia do Senado Federal, situado no Galpão da Gráfica do Senado Federal, Bloco 14, Via N2, Brasília-DF, CEP 70165-900, em dias úteis, das 9h às 18h, acondicionados da seguinte forma, sob pena de não recebimento:





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente. O produto deverá ser embalado de maneira a garantir proteção eficaz contra choques mecânicos, intempéries, calor excessivo e demais formas de agressão aos materiais que possam comprometer sua integridade.

8.2. O fornecedor beneficiário fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.

8.3. O prazo de garantia do material deverá ser de, no mínimo, 1 (um) ano, a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.4. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

8.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

8.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.5. Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

8.6. Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.7. Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

8.8. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

8.8.1. Para os fins no item acima, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

9.1.1. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

9.1.2. definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.2. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Forma de pagamento

11.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas)





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12. Condições de reajuste

12.1. O preço poderá ser reajustado no prazo de 12 (doze) meses a partir da data de celebração do ajuste.

12.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

13. Garantia contratual

13.1. Não se exigirá garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois, consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, não foram estabelecidas, neste TR, obrigações futuras para o cumprimento pela Contratada, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.

14. Plano de contratações

14.1. O presente objeto encontra-se previsto no Plano Contratação do Senado Federal para o ano 2025, aprovado sob o número sequencial “20250253 – Aquisição de munição”.

15. Responsável pela elaboração do TR

(Assinado eletronicamente)

Beatriz Alves de Mancilha

Serviço de Projetos Estratégicos

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Aline Sayuri Moritsugu Martins

Serviço de Projetos Estratégicos

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Danillo de Matos Lima

Serviço de Logística





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Isabela do Rosário Lisboa Martins

Coordenação de Suporte às Atividades Policiais

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Gilvan Viana Xavier

Diretor da Secretaria de Polícia em substituição





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	35.000	Unidade	<p>Munição calibre .40 S&W, EOPP (Encamisado Obturado Ponta Plana), com peso de 180 gr, NTA (não-tóxica), destinada a treinamento. Deve alcançar uma velocidade de pelo menos 312 m/s e energia de 568 joules (medidas na boca do cano), em provete de 10,2 cm. As munições devem ser gravadas de acordo com a Portaria nº 214 COLOG/C Ex (15 de setembro de 2021).</p> <p>Marca/modelo de referência: MUN CBC 40SW TREINA EOPP 180GR NTA A ou similar</p>	242724
2	9.000	Unidade	<p>Munição calibre .40 S&W, EXPO (Expansivo Ponta Oca), com liga metálica soldada ao núcleo de chumbo, e peso de 180 gr, para uso operacional. Deve alcançar uma velocidade de pelo menos 312 m/s e energia de 568 joules (medidas na boca do cano), em provete de 10,2 cm. As munições devem ser gravadas de acordo com a Portaria nº 214 COLOG/C Ex (15 de setembro de 2021).</p> <p>Marca/modelo de referência: MUN CBC 40SW EXPO 180GR BONDED A ou similar</p>	480448
3	20.000	Unidade	<p>Munição calibre 5,56x45mm, com peso de 62 gr, destinada a treinamento. Deve alcançar uma velocidade mínima de pelo menos 943 m/s e energia de 1.779 joules (medidas na boca do cano), em provete de 50,8 cm. As munições</p>	625766





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
			devem ser gravadas de acordo com a Portaria nº 214 COLOG/C Ex (15 de setembro de 2021). Marca/modelo de referência: MUN CBC 5,56X45 ETPT 62GR A ou similar	
4	2.000	Unidade	Munição calibre 5,56x45mm, com peso de 77 gr, para uso operacional. Deve alcançar uma velocidade de pelo menos 850 m/s e energia de 1.803 joules (medidas na boca do cano), em proveito de 50,8 cm. As munições devem ser gravadas de acordo com a Portaria nº 214 COLOG/C Ex (15 de setembro de 2021). Marca/modelo de referência: MUN CBC 5,56X45 OTM 77GR A ou similar	626164

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Todos os modelos de referência mencionados são utilizados apenas como referência, em razão de a descrição do objeto a ser licitado ser mais bem compreendida pela identificação dos modelos citados. Outras marcas e modelos similares serão aceitos pela Administração.

2. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.1. A escolha pela munição de treinamento não-tóxica configura um critério de sustentabilidade ambiental, uma vez que minimiza os impactos ambientais ao não gerar gases ou resíduos tóxicos durante o disparo, e possuir projétil totalmente encapsulado, mistura iniciadora livre de metais pesados e pólvora químicas em fumaça.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

ANEXO II

1. Valor estimado da contratação

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Unidade	35.000	Munição calibre .40 S&W, EOPP, 180 gr, NTA	5,83	204.050,00
2	Unidade	9.000	Munição calibre .40 S&W, EXPO, com liga metálica soldada ao núcleo de chumbo, 180 gr	14,19	127.710,00
3	Unidade	20.000	Munição calibre 5,56x45mm, com peso de 62 gr	10,76	215.200,00
4	Unidade	2.000	Munição calibre 5,56x45mm, com peso de 77 gr	19,03	38.060,00

VALOR TOTAL ESTIMADO	585.020,00
----------------------	------------

